

PARECER JURÍDICO



PROCESSO Nº.....: 2019.0401-001SECSA

INTERESSADO.....: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO.....: Locação de 02(dois) veículos 1.4, flex, tipo Ambulância de simples remoção, equipada com sirene, maca, banco para acompanhante, sinalizador, suporte de oxigênio, suporte para soro, lixeira, ar-condicionado, seguro obrigatório e licenciamento em dia, motorista e combustível por conta da contratante, destinada a atender as necessidades do Hospital de Limoeiro do Norte – CE

Vem ao exame desta Consultoria Jurídica, o presente processo administrativo, que trata de contratação do fornecedor E GONÇALVES DA SILVA FILHO – ME visando atender as necessidades da(s) Unidade Gestora, conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, com fulcro no Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária 0901.10.302.1011.2.038.

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

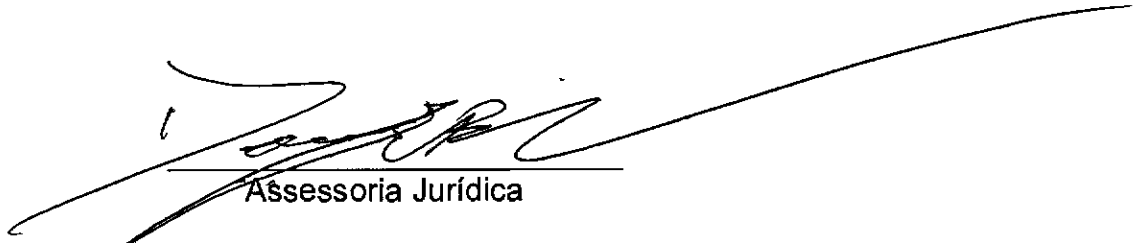
Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta.

É o parecer, sub censura.

Limoeiro do Norte - CE, 10 de Janeiro de 2019



Assessoria Jurídica